

# **Comitê para Democratização da Informática**

**Demonstrações Financeiras  
em 31 de dezembro de 2017**

**Relatório dos auditores independentes**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da  
COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2018.

**CROWE HORWATH BENDORAYTES & CIA.**  
Auditores Independentes  
CRC 2RJ 0081/O-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Geysa Bendoraytes e Silva", written over a horizontal line.

**GEYSA BENDORAYTES E SILVA**  
Contadora  
CRC 1RJ 091330/O-5

## Comitê para Democratização da Informática

### Balço patrimonial em 31 de dezembro Em reais

---

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	2.815.835	7.249.041
Outros créditos	<b>6</b>	6.447	127.007
Despesas antecipadas	<b>7</b>	58.098	75.650
		<u>2.880.380</u>	<u>7.451.698</u>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Processos tributários		100.738	98.109
Imobilizado	<b>8</b>	165.925	189.977
		<u>266.663</u>	<u>288.086</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>3.147.043</u></b>	<b><u>7.739.785</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>Passivo e patrimônio social</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Circulante</b>			
Obrigações fiscais		3.830	11.580
Obrigações trabalhistas	<b>9</b>	307.452	279.778
Recursos de projetos	<b>10</b>	63.848	207.813
Outras obrigações		25.848	85.334
		<u>400.978</u>	<u>584.505</u>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para contingências	<b>11</b>	187.913	187.913
		<u>187.913</u>	<u>187.913</u>
<b>Patrimônio social</b>			
Fundo social	<b>15</b>	2.227.407	327.407
Superávits acumulados		330.745	6.639.960
		<u>2.558.152</u>	<u>6.967.367</u>
<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<b><u>3.147.043</u></b>	<b><u>7.739.785</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Comitê para Democratização da Informática

### Demonstração do Superávit / (Déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais, exceto se indicado de outra forma)

---

	Nota	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receita de doações</b>	<b>12</b>		
Recursos livres		8.651	175.869
Recursos comprometidos		1.946.883	9.671.401
Doação Pessoa física		3.500	0
<b>Receita líquida operacional</b>		<b><u>1.959.034</u></b>	<b><u>9.847.270</u></b>
<b>Custo das atividades sociais</b>	<b>13</b>	<b><u>(4.917.997)</u></b>	<b><u>(6.827.309)</u></b>
<b>Resultado bruto</b>		<b><u>(2.958.963)</u></b>	<b><u>3.019.961</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	<b>14</b>	<u>(1.964.852)</u>	<u>(1.949.188)</u>
		<b><u>(1.964.852)</u></b>	<b><u>(1.949.188)</u></b>
<b>Reversão de Despesas</b>		<b>0</b>	<b>1.915.490</b>
Resultado operacional		(4.923.815)	2.986.264
Resultado financeiro		514.600	578.600
<b>(Déficit) / Superávit do exercício</b>		<b><u>(4.409.215)</u></b>	<b><u>3.564.864</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Comitê para Democratização da Informática

### Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais, exceto se indicado de outra forma)

	<b>Fundo social</b>	<b>Superávit / Déficit acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo social em 1º de janeiro de 2016</b>	327.407	3.075.096	3.402.503
Superávit do exercício	0	3.564.864	3.564.864
<b>Total em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>327.407</b>	<b>6.639.960</b>	<b>6.967.367</b>
<b>Passivo social em 1º de janeiro de 2017</b>	327.407	6.639.960	6.967.367
Aumento do Fundo Institucional	1.900.000	(1.900.000)	0
Déficit do exercício	0	(4.409.215)	(4.409.215)
<b>Total em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.227.407</b>	<b>330.745</b>	<b>2.558.152</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Comitê para Democratização da Informática

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>(4.409.215)</u>	<u>3.564.864</u>
<b>Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa</b>		
Depreciação	52.800	49.334
<b>Variações no capital circulante</b>		
Despesas antecipadas	17.552	(51.954)
Outros créditos	117.932	(8.698)
Impostos a recuperar	0	76.055
Impostos a recolher	(7.751)	(5.115)
Obrigações trabalhistas	27.674	110.970
Recursos de projetos	(143.965)	(136.003)
Outras contas a pagar	<u>(59.486)</u>	<u>1.626</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>(4.404.458)</u></b>	<b><u>3.601.080</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	<u>(28.748)</u>	<u>(3.457)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(28.748)</u></b>	<b><u>(3.457)</u></b>
<b>Resultado - Caixa gerado ou consumido</b>	<u>(4.433.206)</u>	<u>3.597.623</u>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(4.433.206)</u></b>	<b><u>3.597.623</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.249.041	3.651.418
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>2.815.835</u>	<u>7.249.041</u>

# Comitê para Democratização da Informática

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro 2017

Em reais , exceto se indicado de outra forma

---

### 1. Contexto operacional

O Comitê Para Democratização da Informática (“Comitê” ou “Entidade”) é uma associação para fins não econômicos, sem fins lucrativos, sendo assim se caracteriza como associação pluralista, autônoma e independente de qualquer instituição partidária, governamental ou religiosa podendo estabelecer parcerias ou convenio com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, e delas receber qualquer tipo de doação que venha atender às suas finalidades e não fira seu caráter autônomo. Por ser uma Organização não Governamental, ter o Certificado de Utilidade Pública Federal consequentemente nos isentamos de pagamentos de tributos.

Tem como objetivo social:

- Incentivar a população de baixa renda a utilizar a informática, com uma visão ética e de cidadania;
- Estimular e apoiar iniciativas de escolas de informática e cidadania em comunidades de baixa renda e em entidades representativas de portadores de necessidades especiais;
- Promover campanhas publicadas de doação de equipamentos de informática e softwares para serem utilizados em entidades comunitárias e em programas sociais e educacionais.
- Ceder em regime de comodato hardwares e softwares a entidades e instituições que promovem iniciativas apoiadas pelo Comitê;
- Estimular, apoiar, promover eventos, desenvolvimento de softwares, produção de materiais impressos, produtos divulgados por meios eletrônicos, áudio visuais e redes eletrônicas, que venham de encontro às finalidades do Comitê;
- Promover iniciativas projetos nas mais diversas áreas da produção cultural, tais como: audiovisual, artes cênicas, folclore, música, pesquisa, multimídia, editorial, museologia, artes plásticas, dentre outras;
- Desenvolver ou participar de projetos da área cultural e/ou artística, administração e gerenciamento de projetos culturais, campanhas, seminários, congressos e similares; A promoção do voluntariado, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

A Entidade foi constituída em 04 de dezembro de 1995, com sede na Rua dos Inválidos, 212, salas 1001 e 1002, Centro, Rio de Janeiro.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” bem como a Resolução do CFC nº 1.409/2012, exceto pelo reconhecimento de receita. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir, essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidos, pelo regime de caixa.

#### **3.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

#### **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

#### **3.3 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

- Imóveis - 25 anos
- Instalações - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Equipamentos de comunicação - 5 anos
- Veículos - 5 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Benfeitorias - 25 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados

quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/ (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

### **3.4 Provisão para contingência**

A administração da Entidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias. As constituições/reversões de provisão para contingência são registradas na rubrica "Despesas Gerais/Administrativas".

### **3.5 Contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

### **3.6 Receita de doações**

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas, pelo regime de caixa. A Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, associados ou não composto da seguinte forma:

#### **3.7.1 Recursos livres**

São os valores referente às doações recebidas pelo Comitê que podem ser utilizados para pagamento de despesas necessárias da Entidade.

#### **3.7.2 Recursos comprometidos**

São os valores recebidos com destinação a um projeto determinado nas rubricas especificadas pelo parceiro.

## **4. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, o retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos intangíveis e as provisões necessárias para passivos contingentes.

## Comitê para Democratização da Informática

### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro 2017

Em reais , exceto se indicado de outra forma

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e aplicações financeiras integram o conceito de caixa e equivalentes de caixa, sendo representadas por saldos em espécie em poder dos bancos e aplicações financeiras em renda fixa, cuja intenção de resgate não excede a 90 dias, conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	3.244	1.028
Bancos conta movimento	78.100	326
Aplicação financeira	<u>2.734.490</u>	<u>7.247.687</u>
	<u><b>2.815.835</b></u>	<u><b>7.249.041</b></u>

Os saldos de aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e estão vinculados a instituições de primeira linha. Esses CDBs possuem alta liquidez imediata, sendo remunerados por taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor do mercado e o do custo dos CDBs são equivalentes em função dos CDBs serem pré-fixados.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 6. Outros Créditos

Em outros créditos foram registrados valores a receber de fornecedores, relativos a impostos não retidos (ISS, IR, PIS, COFINS e CSL) sobre as notas fiscais de serviços. Além disso, foram classificados adiantamentos feitos a colaboradores para a realização de acompanhamento de projetos e viagens, tanto da Matriz RJ, quanto da Filial SP.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a Receber	6.447	14.377
Adiantamentos de Viagens CDI Matriz/São Paulo	<u>0</u>	<u>112.630</u>
	<u><b>6.447</b></u>	<u><b>127.007</b></u>

## 7. Despesas antecipadas

Em despesas antecipadas são registradas as faturas pagas referentes ao vale-transporte, vale-refeição e seguro-saúde dos funcionários, bem como os adiantamentos de salários e férias dos colaboradores a serem apropriados no mês subsequente ao fechamento.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vale-transporte	4.987	4.836
Aluguéis e Arrendamentos	40.570	40.570
Adiantamentos a Empregados	<u>12.541</u>	<u>30.244</u>
	<u><b>58.098</b></u>	<u><b>75.650</b></u>

## 8. Imobilizado

	<u>Imóveis</u>	<u>Instalações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de comunicação</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Benfeitorias</u>	<u>Total</u>
<b>Em 01 de janeiro de 2016</b>								
Saldo inicial	124.232	20.112	15.181	8.052	814	67.463	0	235.855
Aquisições						3.456		3.456
Alienações								0
Transferências								0
Depreciação	(12.423)	(1.356)	(3.101)	(1.318)	(271)	(30.864)	0	(49.334)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>111.809</b>	<b>18.756</b>	<b>12.078</b>	<b>6.735</b>	<b>543</b>	<b>40.057</b>	<b>0</b>	<b>189.977</b>
Saldo 31 de dezembro de 2016								
Custo	310.580	33.902	53.656	104.442	21.152	1.053.909	28.000	1.605.641
Depreciação acumulada	(198.771)	(15.146)	(41.576)	(97.708)	(20.609)	(1.013.854)	(28.000)	(1.415.664)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>111.809</b>	<b>18.756</b>	<b>12.079</b>	<b>6.735</b>	<b>543</b>	<b>40.056</b>	<b>0</b>	<b>189.977</b>
<b>Em 01 de janeiro de 2017</b>								
Saldo inicial	111.809	18.756	12.079	6.735	543	40.056	0	189.977
Aquisições				11.910		16.838		28.748
Alienações								0
Transferências								0
Depreciação	(12.423)	(1.356)	(3.101)	(1.814)	(543)	(33.563)	0	(52.800)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>99.385</b>	<b>17.400</b>	<b>8.977</b>	<b>16.831</b>	<b>0</b>	<b>23.332</b>	<b>0</b>	<b>165.925</b>
Saldo 31 de dezembro de 2017								
Custo	310.580	33.902	53.656	116.352	21.152	1.070.747	28.000	1.634.389
Depreciação acumulada	(211.194)	(16.502)	(44.678)	(99.521)	(21.152)	(1.047.417)	(28.000)	(1.468.464)
<b>Saldo contábil, líquido</b>	<b>99.385</b>	<b>17.400</b>	<b>8.978</b>	<b>16.831</b>	<b>0</b>	<b>23.331</b>	<b>0</b>	<b>165.925</b>

## 9. Obrigações trabalhistas

Os valores devidos são obrigações relacionadas aos funcionários na folha de pagamento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Previdenciárias - FGTS/INSS	34.980	33.758
Federais IRRF e PIS sobre folha	32.265	34.197
Contribuições sindicais e assistenciais	0	1251
Com pessoal - salários/outros	0	200
Provisão - férias e encargos	240.207	210.371
	<u><b>307.452</b></u>	<u><b>279.778</b></u>

## 10. Recursos de projetos

Os valores recebidos exclusivamente para desenvolvimento dos projetos pelas Regionais e Instituições Parceiras da Entidade, estão representados pelo controle entre os recursos recebidos das instituições financiadoras dos projetos e aqueles repassados para os desenvolvedores parceiros e regionais.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recursos convênio SMS	515.049	515.049
(-) Gastos convênio SMS	(451.200)	(451.200)
Recursos com restrição	0	143.965
	<u><b>63.848</b></u>	<u><b>207.813</b></u>

Em 2016, foram feitas as baixas dos saldos de Repasses Rec. c/ Restrição, pois verificou-se que os saldos eram inexistentes e que os mesmos não vinham sendo baixados contabilmente, nas competências corretas. Os valores foram confrontados e ratificados conforme controles internos do Comitê, onde ratificou-se o saldo acima apresentado.

## 11. Provisão para contingências

A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as 2 ações em curso.



As provisões constituídas, segregados por natureza, liquidas de depósitos judiciais, são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisões para contingencias		
• Trabalhista	187.913	187.913
(-) Depósitos judiciais		
• Trabalhista	<u>(97.094)</u>	<u>(97.094)</u>
Total	<u><u>90.819</u></u>	<u><u>90.819</u></u>

A seguir demonstra-se movimentação de processos trabalhistas:

	<u>Provisões para contingencias</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	187.913	(97.094)	90.819
Constituição	0	0	0
Reversão/baixa	0	0	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><b>187.913</b></u>	<u><b>(97.094)</b></u>	<u><b>90.819</b></u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	187.913	(97.094)	90.819
Constituição	0	0	0
Reversão/baixa	0	0	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><b>187.913</b></u>	<u><b>(97.094)</b></u>	<u><b>90.819</b></u>

## 12. Receita de doações

A composição da receita é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recursos livres	8.651	175.869
Recursos comprometidos	1.946.883	9.671.401
Doação Pessoa Física	<u>3.500</u>	<u>0</u>
	<u><u><b>1.959.034</b></u></u>	<u><u><b>9.847.270</b></u></u>

### 13. Custos de atividades sociais

Custos de atividades sociais representam as seguintes naturezas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos com pessoal	2.189.888	2.181.562
Serviços profissionais tomados	1.057.738	2.916.056
Despesas com viagens	634.708	363.459
Materiais, fretes, aluguéis e outros	1.035.664	1.366.232
	<u><b>4.917.997</b></u>	<u><b>6.827.308</b></u>

### 14. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos com pessoal	814.296	584.570
Serviços profissionais tomados	644.998	701.819
Depreciação e amortização	52.800	49.334
Impostos, Taxas e Contribuições	35.911	25.969
Despesas de Escritório	24.883	9.288
Refeições e lanches	59.025	5.986
Viagens e estadias	65.257	97.112
Transporte urbano	17.565	20.179
Outras despesas administrativas	250.116	454.931
Reversão de Despesas	0	(1.915.490)
	<u><b>1.964.852</b></u>	<u><b>33.698</b></u>

## 15. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído por bens e direitos doados, transferidos, incorporados ou adquiridos, oriundos de qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, associados ou não.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundos Social	2.227.407	327.407
Superávit / Déficit Acumulado	<u>330.745</u>	<u>6.639.960</u>
Patrimônio Social	<u><u>2.558.152</u></u>	<u><u>6.967.367</u></u>

## 16. Instrumentos Financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. Os instrumentos financeiros são, basicamente, caixa e equivalente de caixas e fornecedores e os seus valores contábeis se aproximam aos seus valores de realização.

## 17. Gestão de Riscos

As atividades da Entidade a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

### a) Risco de taxa de juros

Os riscos de juros se caracterizam pela possibilidade da Entidade incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumente as despesas financeiras relativas ao contas a pagar, a receber e empréstimos que a Entidade possui junto a clientes, fornecedores e instituições financeiras.

A Entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a administração entende que a exposição da Entidade à volatilidade de taxa de juros é reduzida, tendo em vista que as operações expostas a esse risco são em sua maioria de curto prazo.

### b) Risco de crédito

As instituições financeiras as quais a Entidade mantém investimentos financeiros, são bancos múltiplos selecionados e aprovados pela Administração da Entidade.

### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Entidade e agregada pelo departamento de Finanças. O departamento de Tesouraria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

#### **18. Partes Relacionadas**

A Entidade conta com o apoio de outras unidades regionais para a operacionalização dos projetos, porém não existem vínculos societários e tratam-se de administrações independentes, com CNPJ's distintos. Elas executam o projeto de acordo com a proposta de atuação do investidor.

Os repasses efetuados pela Entidade a estas unidades regionais são para operacionalizar o projeto na região escolhida pelo investidor. Por sua vez, elas desenvolvem os projetos em sua localidade, sendo responsáveis pela organização na operação do projeto, garantindo a metodologia e controle do impacto das ações propostas.

#### **19. Remuneração de Administradores**

A Entidade está em conformidade com seu Estatuto Social, sendo vetada a distribuição de eventuais excedentes operacionais brutos ou líquidos e/ou dividendos, assim como o recebimento de qualquer remuneração por essa condição ou pelo exercício dos cargos que lhe sejam exclusivos.

#### **20. Eventos Subsequentes**

Entre 2016 e 2018, a Entidade fechou acordos com parceiros relevantes, quais sejam:

2016	Fundação Bill & Melinda Gates, B2W, Via Varejo (Casas Bahia) e Microsoft
2017	Via Varejo (Casas Bahia), B2W, Accenture, Facebook, Microsoft e British Council
2018	Fundação Bill & Melinda Gates, Microsoft, Accenture e British Council